Municípios cearenses extintos (*)

Clodoaldo Pinto

1 — ARNEIROZ — O município foi criado pela lei 1.128, de 21 de Novembro de 1864, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila.

Extinto pela lei 1.084, de 19 de Abril de 1913, mas restaurado pela de N. 1.181, de 23 de Julho de 1914; de novo extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920, mas novamente restaurado pela de N. 2.002, de 16 de Outubro de 1922; de último, suprimido definitivamente pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Tauá.

2 — BEBERIBE — O município foi criado pelo Decr. 67, de 5 de Julho de 1892, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila. Inaugurou-se a 18 de Setembro do mesmo ano, segundo informa CESÍDIO (*Decretos e Leis*, vol. 1, pág. 336).

Extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920, mas restaurado pela de N. 2.436, de 21 de Outubro de 1926; e de novo extinto pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Cascavel.

3 — BOM-JESÚS (*do Quixelou*) — O município

(*) Alem dos 79 atuais municípios cearenses, consignados no decreto estadual N. 448, de 20 de Dezembro de 1938, já existiram no Ceará mais 21, que ora se acham extintos e são — em ordem alfabética dos nomes hodiernos — os que constam deste trabalho. Entre extintos e atuais, montam, por tanto, a 100 os municípios cearenses. A legislação citada é cearense, salvo outra indicação.

foi criado pelo Decr. 101, de 9 de Dezembro de 1890, com sede no núcleo de Bom-Jesús do Quixelou, então elevado a vila com o nome de Quixelou. Mas esse Decr. foi declarado sem efeito pelo de N. 8, de 10 de Março de 1892.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Iguatú.

4 — CARIDADE — O município foi criado pela lei 1.039, de 4 de Agosto de 1911, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila, e extinto pela de N. 1.794, de 9 de Outubro de 1920. Inaugurou-se a 24 de Setembro de 1911. (CESÍDIO — *Prontuário*, pág. 251.)

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Canindé.

5 — ENTRE-RIOS (ex-*Barra-do-Macaco*) — O município foi criado pelo Decr. 52, de 29 de Agosto de 1890, com sede no núcleo de Barra-do-Macaco, então elevado a vila com aquele nome; e inaugurou-se a 7 de Outubro do mesmo ano, segundo informa CESÍDIO (*Prontuário*, pág. 251).

Extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Santa-Quitéria.

6 — GROSSOS — O município foi criado pela lei 639, de 19 de Julho de 1901, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila, e não chegou a ser inaugurado (CESÍDIO — *Prontuário*, pág. 251), por causa da questão de limites com o Rio-Grande do Norte. O Ceará já criara nesse núcleo uma escola primária e uma agência fiscal (lei 106, de 20 de Setembro de 1893); alem de uma agência fiscal no lugar *Oficinas*, «nos limites com a província do Rio-Grande do Norte e nas aproximações da cidade de Mossoró». (Lei 2.073, de 13 de Agosto de 1884; lei 2.083, de 2 de Setembro de 1884, Art. 61; e lei 2.111, de 12 de Dezembro de 1885, Art. 23.)

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Areia-Branca, do estado do Rio-Grande do Norte.

7 — GUARAMIRANGA (ex-*Conceição*) — O município foi criado pelo Decr. 55, de 1 de Setembro de 1890, com sede no núcleo de Conceição, então elevado a vila e depois chamado com aquele nome pelo Decr. 59, de 4 de Setembro de 1890, e inaugurou-se a 17 de Outubro do mesmo ano, segundo informa CESÍDIO (*Leis de 1899*, pág. 46).

Extinto pela lei 550, de 25 de Agosto de 1899, mas restaurado pela de N. 1.887, de 15 de Outubro de 1921, e de novo extinto pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Pacotí.

8 — IRACEMA (ex-*Caixassó*) — O município foi criado pelo Decr. 53, de 30 de Agosto de 1890, com sede no núcleo de Caixassó, então elevado a vila com aquele nome.

Extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920, mas restaurado pela de N. 2.428, de 19 de Outubro de 1926, e de novo extinto pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Pereiro.

9 — LARANJEIRAS — O município foi criado pela lei 1.613, de 29 de Outubro de 1918, com sede no núcleo do mesmo nome, então elevado a vila. (Ver lei 1.654, de 29 de Agosto de 1919.)

Extinto pela lei 2.392, de 8 de Setembro de 1926.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Quixadá.

10 — LUIZ-CORREIA (ex-*Amarração*) — O município foi criado pela lei 1.596, de 5 de Agosto de 1874, com sede no núcleo de Amarração, então elevado a vila. Seus limites ficaram marcados pela lei 1.824, de 22 de Janeiro de 1879 (Art. 1, § 7), e pela de N. 1.923, de 24 de Setembro de 1880 (Arts. 2 e 3). E passou a pertencer ao Piauí, com o Decr. geral 3.012, de 22 de Outubro de 1880. Foi extinto pelo decreto piauiense 1.279, de 26 de Junho de 1931, mas restaurado pelo decreto piauiense 107, de 26 de Julho de 1938. A lei piauiense 6, de 4 de Setembro de 1935, mudou o nome do núcleo para *Luiz-Correia.*

O distrito de paz foi criado pela lei 575, de 30 de Setembro de 1852, mas suprimido pela de N. 683, de 20 de Outubro de 1854; restaurado pela lei 817, de 11 de Setembro de 1857, revogada pela de N. 897, de 1 de Agosto de 1859; e restaurado novamente pela lei 1.135, de 24 de Novembro de 1864.

A freguesia foi criada pela lei 1.177, de 29 de Agosto de 1865, com sede em S.-Antônio de Iboaçú, e transferida a sede para Amarração, pela lei 1.360, de 5 de Novembro de 1870. Seus limites foram modificados pela lei 1.564, de 9 de Setembro de 1873.

A lei 1.498, de 21 de Dezembro de 1872, criou nesse núcleo uma cadeira do ensino primário, para o sexo feminino (Art. 2), e a de N. 1.193, de 14 de Agosto de 1866 (Art. 1) já criara aí outra cadeira de primeiras letras, para o sexo masculino. Em 1885, o Ceará criava aí uma agência fiscal. (Lei 2.111, de 12 de Dezembro de 1885, Art. 23.)

11 — MERUOCA — o município foi criado pela lei 2.090, de 13 de Novembro de 1885, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila.

Extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Sobral.

12 — MESSEJANA (ex-*Paupina*) — Foi a aldeia de índios denominada Paupina e dirigida pelos jesuitas (ver o meu trabalho sobre os municípios atuais, na parte referente a Soure). Elevada a vila com aquele nome, criou-se então o seu município.

Não conheço os autos de sua instalação. Inaugurou-se a 1 de Janeiro de 1760. (BARÃO DE STUDART — *Datas e Fatos*, vol. 1, pág. 288; *Geografia do Ceará*, págs. 39, 124, 337; *Notas para a história do Ceará*, págs. 226 e 229.)

Foi abolido pela resolução do Conselho Provincial, de 6 de Maio de 1833, que ficou sem efeito com a de 13 de Dezembro do mesmo ano. O município foi de novo extinto pela lei 188, de 22 de Dezembro de 1839, mas restaurado pela de N. 1.773, de 23 de Novembro de 1878 (Art. 3), e novamente extinto pela lei 1.913, de 31 de Outubro de 1921.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Fortaleza.

13 — MULUNGÚ — O município foi criado pelo Decr. 29, de 23 de Julho de 1890, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila, e inaugurou-se a 11 de Setembro do mesmo ano, segundo informa CESÍDIO (*Leis de 1899*, pág. 46).

Extinto pela lei 550, de 25 de Agosto de 1899, mas restaurado pela de N. 602, de 6 de Agosto de 1900; de novo extinto pela lei 1.887, de 15 de Outubro de 1921, mas novamente restaurado pela de N. 2.715, de 24 de Setembro de 1929; e de último extinto definitivamente pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Pacotí.

14 -- PALMEIRAS (ex-*Silva-Jardim*) — O município foi criado pela lei 352, de 28 de Julho de 1897, com sede no núcleo de Palmeiras, então elevado a vila com o nome de Silva-Jardim. Informa CESÍDIO que não foi inaugurado (*Prontuário*, pág. 251). E talvez por isso não encontro a lei que o extinguiu, se é que ela existe. A lei 423, de 29 de Setembro de 1897, deu-lhe novos limites com o de Pacatuba.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Maranguape.

15—PORANGABA (ex-*Arronches*)—Era uma aldeia de índios, com aquele nome, dirigida pelos jesuitas, quando em 1759 foi elevada a vila com o nome de Arronches, criando-se então o seu município. (Ver o meu trabalho sobre os municípios atuais, na parte referente a Soure.)

Não conheço os autos de sua instalação. Inaugurou-se a 25 de Outubro de 1759. (BARÃO DE STUDART— *Datas e Fatos*, vol. 1, pág. 285; *Geografia do Ceará*, págs. 39, 124, 338; *Notas para a história do Ceará*, págs. 226 e 228.)

Extinto pela resolução do Conselho Provincial de 6 de Maio de 1.833, que ficou sem efeito pela de 13 de Dezembro do mesmo ano; de novo extinto pela lei 2, de 13 de Maio de 1.835, mas restaurado—com o nome de Porangaba—pela de N. 2.097, de 25 de Novembro de 1885; e novamente suprimido pela lei 1.913, de 31 de Outubro de 1921.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Fortaleza.

16—PORTEIRAS (ex-*Conceição-do-Carirí*)—O município foi criado pela lei 2.169, de 17 de Agosto de 1889, com sede no núcleo de Porteiras, então elevado a vila, e depois chamado com o segundo nome pela lei 2.743, de 6 de Novembro de 1929. Com o decreto 448, de 20 de Dezembro de 1938, voltou a ter o nome primitivo.

Extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920, mas restaurado pela de N. 2.002, de 16 de Outubro de 1922, e de novo extinto pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Brejo-Santo.

17—SANTO-ANTÔNIO (*do Aracatí-Açú*)—O município foi criado pela lei 1.661, de 3 de Agosto de 1875, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila. A lei

1.736, de 30 de Agosto de 1876, deu-lhe novos limites com o de Itapipoca. Com o decreto 448, de 20 de Dezembro de 1938, o núcleo passou a chamar-se somente *Santo-Antônio*.

Foi extinto pela lei 1.814, de 22 de Janeiro de 1879 (Art. 1, § 12).

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Sobral.

18—SANTOS-DUMONT (ex-*Coité*)—O município foi criado pelo Decr. 35, de 1 de Agosto de 1890, com sede no núcleo de Coité, então elevado a vila com o mesmo nome, e inaugurou-se a 12 do mesmo mês e ano, segundo informa CESÍDIO (*Leis de 1899*, pág. 46).

Extinto pela lei 550, de 25 de Agosto de 1899, mas restaurada pela de N. 602, de 6 de Agosto de 1900, e de novo extinto pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931.

O núcleo posteriormente passou o chamar-se Santos-Dumont.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Pacotí.

19—SÃO-BENTO (*da Amontada*)—O município foi criado pela lei 1.735, de 30 de Agosto de 1876, com sede no núcleo desse nome, então elevado a vila com o nome de São-Bento. Transferiu-se-lhe a sede para o núcleo de São-Pedro de Timbauba, hoje Timbauba, com o Decr. 43, de 13 de Agosto de 1890; mas voltou para São-Bento com o Decr. 14, de 23 de Março de 1892.

Extinto pela lei 1.776, de 23 de Novembro de 1878, mas restaurado pela de N. 2.082, de 29 de Agosto de 1884; de novo extinto pelo Decr. 19, de 6 de Abril de 1892, mas novamente restaurado pela lei 424, de 29 de Setembro de 1897; de último suprimido definitivamente, pela lei 791, de 1 de Agosto de 1905.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Itapipoca.

20—TRAIRÍ (ex-*Nossa-Senhora-do-Livramento*)—A lei 1.068, de 12 de Novembro de 1863, criou um município com sede no núcleo de Trairí, então elevado a vila; mas essa lei foi revogada pela de N. 1.110, de 10 de Outubro de 1864. A lei 1.235, de 27 de Novembro de 1868, criou outro município com sede no núcleo de Parazinho, então elevado a vila com o nome de Paracurú; mas a lei 1.604, de 14 de Agosto de 1874, transferiu-lhe a sede para

Trairí, então reerguida em vila com o nome de Nossa-Senhora-do-Livramento, voltando ao nome antigo com a lei 1.669, de 19 de Agosto de 1875. Desde então, Trairí serviu de sede a esse município, que foi extinto e restaurado diversas vezes. Extinto pela lei 1.084, de 19 de Abril de 1913, mas restaurado pela de N. 1.181, de 23 de Julho de 1914; de novo extinto pela lei 1.794, de 9 de Outubro de 1920, mas novamente restaurado pela de N. 2.002, de 16 de Outubro de 1922; de último extinto pelo Decr. 193, de 20 de Maio de 1931, e não mais restaurado.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de São-Gonçalo.

21—VERTENTES—O município foi criado pelo Decr. 42, de 13 de Agosto de 1890, com sede no núcleo de igual nome, então elevado a vila, e extinto pelo de N. 8a, de 10 de Março de 1892.

A circunscrição desse nome é hoje distrito pertencente ao município de Independência.